

V COLÓQUIO INTERNACIONAL DE EPISTEMOLOGIA E SOCIOLOGIA DA CIÊNCIA DA ADMINISTRAÇÃO

FLORIANÓPOLIS - SC - BRASIL (MARÇO/2015)

WITTGENSTEIN E BOURDIEU: O USO DA LINGUAGEM CONSTRUINDO SÍMBOLOS REPRESENTATIVOS DE PODER E SUA INFLUÊNCIA NA CULTURA ORGANIZACIONAL

Elizeu Barroso Alves¹
Samir Adamoglu de Oliveira²

Resumo:

Este texto ensaia de que forma os Estudos Organizacionais podem ampliar o entendimento sobre o exercício do poder simbólico e a constituição da cultura nas organizações potencializando, assim, frentes de investigação empírica que posicionem, de maneira central, o uso da linguagem e a economia das trocas linguísticas, partindo da seguinte indagação: “de que forma o uso da linguagem participa da formação dos capitais simbólicos representativos de poder que influenciam a cultura organizacional?”. Para isso, versam-se (i) a noção de ‘jogo de linguagem’ da pragmática da linguagem de Ludwig Wittgenstein, e (ii) os conceitos de ‘*habitus*’, ‘campo’ e ‘poder simbólico’ da teoria da prática de Pierre Bourdieu, indicando interfaces e paralelos relacionais, alcançando, com isso, uma conexão final entre elas que permite demonstrar como uma pode ser compreendida – ou elucidada – enquanto base explicativa e complementar da outra. Como contribuição, este ensaio colabora com discussões sobre a relação entre cultura organizacional e poder simbólico, oferecendo subsídio teórico-conceitual para a realização de estudos empíricos das práticas nas organizações, vislumbrando como as ideias e discussões propostas por Wittgenstein podem auxiliar a entender certas questões teóricas e metodológicas desenvolvidas por Bourdieu, na sua sociologia.

Palavras-Chave: uso da linguagem; poder simbólico; *habitus* linguístico; cultura organizacional.

¹ elizeu.balves@hotmail.com

² samirooliveira09@hotmail.com

Introdução

Com a virada linguística na passagem do século XIX para o século XX, “a linguagem passa de objeto de reflexão filosófica para a ‘esfera dos fundamentos’ de todo pensar, e a filosofia da linguagem passa a poder levantar a pretensão de ser ‘a filosofia primeira’” (OLIVEIRA, 2006, p. 12-13, grifo do autor). Ou seja, a linguagem passa a figurar como central na discussão de como se compreende o mundo, ocupando, assim, papel vital nessa explicação (ARAÚJO, 2004).

Neste contexto, Ludwig Wittgenstein, em sua segunda fase, revoluciona a forma de se pensar a filosofia ao apresentar seus “jogos de linguagem”, que nas palavras de Araújo (2004) vem abalar inteiramente o paradigma vigente tal como o paradigma lógico. Para Wittgenstein (1979), a linguagem não servia apenas para dar nome ou descrever as coisas e seu estado; ela servia a esses propósitos, e a outros mais, de ordem constitutiva. A linguagem não possui uma única gramática e nem uma única estrutura, pois ela é um tipo de ação, uma atividade.

Do lado da Sociologia, temos a obra de Pierre Bourdieu, que empreendeu significativo esforço na superação das antigas limitações das teorias sociológicas tradicionais ao oxigenar a questão fundamental sobre as regularidades que constituem o agente social no mundo social, estruturalmente erigido a partir de orientações e modos de agir relativamente estáveis, mas dinâmicos (EMIRBAYER; JOHNSON, 2008). Sua sociologia contemporânea baseada numa filosofia da ciência relacional apresenta um agente dentro dos aspectos da ação social, objetivando elucidar o conteúdo oculto das práticas sociais a partir de conceitos como *habitus* e campos, que incluem o uso da linguagem.

Nos Estudos Organizacionais (EORs), há várias possibilidades para como entender a cultura nas organizações: (i) o reconhecimento do contexto social como algo cultural, (ii) a trajetória histórico-cultural de um país, (iii) a cultura como fator influente na organização (dentre outros fatores, tais quais a estrutura organizacional, a estratégia organizacional, etc.), e (v) o entendimento da organização enquanto entidade cultural que (re)produz sentidos e significados para a esfera da vida no trabalho (para os indivíduos que nelas vendem sua força de trabalho) e para a esfera da vida em sociedade, racionalizando e instrumentalizando comportamentos de grupo, impactando o tecido social mediante bens materiais e simbólicos produzidos e comercializados (JAIME JÚNIOR, 2002; MORRIL, 2008; SMIRCICH 1983; SWIDLER, 1986). Aqui interessamo-nos pela análise da cultura organizacional em termos de quais significados construídos e sustentados numa dada realidade organizacional condicionam as práticas da organização, conferindo sentido à práxis dos indivíduos.

Partindo disso, a questão norteadora deste ensaio esboça-se do seguinte modo: **de que forma o uso da linguagem participa da formação dos capitais simbólicos representativos de poder que influenciam a cultura organizacional?** Assim, este ensaio teórico tem por objetivo explicitar e entender como se dá esta relação entre elementos das obras de Wittgenstein e Bourdieu, refletindo acerca de como o ato de dominar específicos jogos de linguagem angaria capital simbólico, mediante o uso da linguagem. Num primeiro momento, discorreremos sobre noções centrais da filosofia da linguagem wittgensteiniana; posteriormente, conceituaremos linguagem e poder simbólico em Bourdieu; e, por fim, articularemos a análise explorando de que forma o capital simbólico se constrói através do uso da linguagem – mediante inserção, familiarização e domínio de seus jogos –, influenciando as culturas organizacionais.

A contribuição de Wittgenstein para a filosofia é de longe uma das mais importantes, principalmente ao entendermos a noção de jogos de linguagem. Porém, neste início se faz necessário entender sua própria história e suas principais obras, para desembocar na filosofia de linguagem por ele proposta.

Quando se trata de relatar os pensamentos de Wittgenstein, precisamos dividi-lo em duas fases, sendo a primeira fase do Wittgenstein I, representada por sua obra *Tractatus Logico-Philosophicus*, e a segunda fase do Wittgenstein II da obra ‘Investigações Filosóficas’, onde está ancorada sua pragmática linguística. É importante salientar que entre essas duas fases houve uma ruptura e inovação, onde a investida acerca da linguagem se tornou absolutamente oposta. Para Araújo (2004, p. 99):

Podemos afirmar que, até Wittgenstein II, a filosofia da linguagem baseava-se na proposição que retrata ou representa estado de coisa. A referência tem lugar central nessa perspectiva, que reduz a linguagem à sua capacidade unicamente assertórica. Mas, na medida em que a referência passa de questão central a questão periférica, a própria noção de linguagem antes restrita ora às regras de um código, ora às formulações revestidas de valor de verdade, modifica-se, ampliando-se para os jogos de linguagem, com Wittgenstein e para os atos de fala, com Austin, Strawson e Searle.

Na obra ‘Investigações Filosóficas’, temos um Wittgenstein que retoma o seu trabalho buscando corrigir os equívocos que cometera no *Tractatus*. Nisso, adentramos a mente de um Wittgenstein com pensamentos inovadores, onde a noção de **jogos de linguagem** se torna fundamental, no sentido de vislumbrar uma nova forma de abordar a linguagem, agora como uma ação prática, capaz de moldar o que há em sua volta. Isso, segundo Araújo (2004), explica a linguagem como sendo uma ferramenta pública, comum do dia a dia e suas regras apontam numa direção, reconhecendo semelhanças de família. Considerando haver uma multiplicidade de jogos de linguagem – como prometer, ordenar, descrever, contar histórias, sugerir, ironizar etc. –, essa multiplicidade alicerça-se sempre em variáveis “formas de vida”, as quais correspondem ao modo de apresentar-se no mundo.

Adamoglu de Oliveira e Bulgacov (2013, p. 560) explicitam que para Wittgenstein, “jogos de linguagem compreendem a totalidade formada pela linguagem e pelas atividades com as quais ela vem entrelaçada, de modo que as atividades linguísticas encontram-se interligadas com as atividades não linguísticas”. Essa ampliação do entendimento sobre a linguagem – agora fazendo caber, sobretudo, a dimensão da ação não apenas verbal, mas também da ação laboral – é indicada no próprio Wittgenstein, ao admitir a correção de seu pensamento, quando afirma que havia uma imagem que o mantinha preso, cuja saída não era possível, pois ela residia em sua própria linguagem que lhe repetia, inexoravelmente, da importância da linguagem lógico-formal enquanto chave para explicar e entender a realidade. Com isso, temos uma ilustração dos jogos em Wittgenstein (1979, §115):

Considere, por exemplo, os processos que chamamos de ‘jogos’. Refiro-me a jogos de tabuleiro, de cartas, de bola, de torneios esportivos, etc. O que é comum a todos eles? Não diga: ‘Algo deve ser comum a eles, senão não se chamariam ‘jogos’’, - mas veja se algo é comum a eles todos. – Pois, se você os contempla, não verá na verdade algo que fosse comum a todos, mas verá semelhanças, parentescos, e até toda uma série deles. Como disse: não pense, mas veja!

Assim, o jogo de linguagem, é o local onde concretamente aprendemos a linguagem e a utilizamos, para que esta ganhe significado pelo seu uso. Assim, os sentidos de qualquer anunciação não precisam ser formatados em proposições estruturalmente óbvias, mas podem

possuir qualquer configuração, desde que seja possível entendê-la dentro da dinâmica social (ou seja, que ela seja cognoscível, compreensível em circunstâncias de interação em determinada comunidade linguística). Logo, devemos atentar para o fato de que em tais dinâmicas, existem contextos, e estes sim são de vital importância. Frases que utilizamos para nos expressarmos e nos comunicarmos estão sempre amparadas numa ‘gramática’ (leia-se, aquele conjunto de regras que constituem uma linguagem), mas também podemos conferir outros significados que só se tornam palpáveis quando integrados ao contexto de uso delas. Dessa maneira, os jogos de linguagem não são apenas instâncias de aprendizado da linguagem, mas sim a própria condição da linguagem, pois é onde organizamos nossas ações e reavemos o sentido de nossas intenções.

Nisso, temos o entendimento que nossas atividades estão subordinadas a determinadas convenções, instâncias sociais que condicionam e demarcam o que se pode e não se pode fazer, oferecendo guias para ações e intenções. À medida que a fixidez dessas regras advém da regularidade, temos a linguagem consubstanciada à prática social cotidiana, que se constituirá nas diversas formas de usos, abarcando significados contextualizados. Wittgenstein (1979, §130), afirma que:

Nossos claros e simples jogos de linguagens não são estudos preparatórios para uma futura regulamentação da linguagem, - como que primeiras aproximações, sem considerar o atrito e a resistência do ar. Os jogos de linguagem figuram muito mais como objetos de comparação, que, através de semelhanças e dissemelhanças, devem lançar luz sobre as relações de nossa linguagem.

O fator comparativo advém da multiplicidade dos jogos de linguagem, constituídos de várias linguagens díspares com várias estruturas que podem servir a diferentes necessidades; uma vez que a noção de linguagem de Wittgenstein é de cunho social em sua criação e recriação, sendo sustentada através de práticas sociais, é isso que lhe confere caráter palpável para a compreensibilidade entre os indivíduos (ADAMOGLU DE OLIVEIRA; BULGACOV, 2013). Assim, podemos apresentar no próximo tópico o empreendimento intelectual de Pierre Bourdieu, para então aventar de que forma o capital simbólico se constrói através da linguagem e de seus jogos.

LINGUAGEM E PODER SIMBÓLICO EM BOURDIEU

Da mesma forma que a contribuição de Wittgenstein para a filosofia é importante, quando nos voltamos a Sociologia, mais diretamente ao poder e ao capital simbólico (no subsídio da linguagem), o trabalho de Bourdieu é central para essa questão. Situando-se no esforço de elaborar uma teoria da prática, Bourdieu (2007) compõe um arcabouço próprio onde, de modo central (mas não exclusivo), figuram os conceitos de *habitus* e de campo, construindo, segundo Hanks (2008), seu vocabulário em campos diversos, dos quais um deles é a filosofia da linguagem. Inscrevendo-se no corpo dos agentes sociais, o *habitus* é um conceito cujo propósito é explicar a reprodução do mundo social isenta de regras necessariamente explícitas – sem excluir, contudo, a presença de regras dessa natureza (BOURDIEU, 2007). Levando em conta que os agentes, em suas trajetórias de vida, são incorporados ao mundo social, sendo aqueles constituídos por definições e padrões de ação relativamente duradouros deste, o *habitus* em Bourdieu (2004; 2007) aplica-se a explicação da regularidade da vida, considerando a posição-prática dos agentes ao longo dela. Para Thiry-Cherques (2006, p. 34):

O *habitus* funciona como esquema de ação, de percepção, de reflexão. Presente no corpo (gestos, posturas) e na mente (formas de ver, de classificar) da coletividade inscrita em um campo, automatiza as escolhas e as ações em um campo dado, “economiza” o cálculo e a reflexão. O *habitus* é o produto da experiência biográfica individual, da experiência histórica coletiva e da interação entre essas experiências. Uma espécie de programa, no sentido da informática, que todos nós carregamos.

Em Bourdieu (2007) temos a elucidação de que a relação com o mundo social não é uma relação de causalidade mecânica. É uma relação de *habitus* que, segundo ele, é a vinculação individual com o mundo social, ou seja, é o conjugado de arcações objetivos que anunciam a exterioridade que repercutirá no indivíduo de forma que este se transforme, em condição de adaptar-se a conjuntura imediata de nascer social. Numa lógica circular, o *habitus* emerge da interação entre o agente social e o campo, ao ponto de não possuir existência independente deste último; dessa forma, o *habitus* inscreve-se no indivíduo inserido em uma posição-prática num campo, ao mesmo tempo em que as disposições corporais práticas dos indivíduos atualizam o *habitus* em seus campos vigentes – sendo, ao mesmo tempo, individual e coletivo.

Afirma Thiry-Cherques (2006) que o sentido adotado por Bourdieu foi pensado como algo para escapar do paradigma objetivista do estruturalismo, sem recair na filosofia do sujeito e da consciência (a exemplo do que se apregoa como ‘mentalismo’). Para Bourdieu (2007), o *habitus* é um sistema de disposições, modos de perceber, de sentir, de fazer, de pensar, que nos levam a agir de determinada forma em circunstâncias dadas. E essas circunstâncias, evidentemente, tampouco ocorrem em um vácuo, mas sim de forma contextualizada, ao que se faz valer outro conceito-chave: o de **campo**.

Um campo é um tipo de organização social configurado por papéis sociais, posições dos agentes sociais, e de estruturas onde essas posições se ajustam, sendo ainda proveniente de um processo histórico onde tais posições se efetivam tanto entre agentes individuais quanto coletivos, formando, assim, a ‘posição-prática’ (BOURDIEU, 2007). Nesse tocante, o campo se torna um elemento que modela e constitui o indivíduo mediante o *habitus*, haja vista que “[...] as posições sociais dão origem a disposições corporais”, tendo, então, como características “[...] o espaço de posições, o processo histórico de sua ocupação, os valores em jogo, as trajetórias das carreiras dos agentes e o *habitus* assumido pelo engajamento no campo” (HANKS, 2008, p. 44; 45).

Levando em conta que os sistemas simbólicos componentes dos campos são estruturantes e estruturados, a economia política esboçada na teoria da prática de Bourdieu amplia a discussão de capital e poder de modo a considerar, especialmente, o elemento simbólico, que se origina de e reforça as diferenças de poder, ainda que não descartando a lógica da economia mercantil (CHARTIER, 2005; HANKS, 2008). Propriedade associada também a quaisquer outros tipos de capital (físico, econômico, cultural, social), o capital simbólico é notado por agentes sociais cujas categorias de percepção engendradas pelo *habitus* os possibilitam entendê-los e reconhecê-los, atribuindo-lhes valor (BOURDIEU, 1999; 2007). Intercambiados entre si, os diferentes tipos de capital são mobilizados pelos agentes sociais em suas posições-práticas, configurando o campo e os seus sistemas simbólicos.

Por serem estruturados, os sistemas simbólicos organizam a experiência dos agentes sociais em suas disposições corporais, ao mesmo tempo em que são reforçados pela prática, estabelecendo-se em relações de poder com efeitos, por vezes, difusos (BOURDIEU, 1998; 1999; HANKS, 2008). Assim, o **poder simbólico** significa o poder invisível que só se exerce com a cumplicidade daqueles que estão sujeitos a esse poder ou mesmo daqueles que o exercem (BOURDIEU, 1998). Tal cumplicidade situa-se na prática, sendo explicada não por conta de

alguma aquiescência ou leniência consciente, mas por conta das relações estruturais entre o *habitus*, o campo, e os sistemas semióticos – sendo a língua o principal destes sistemas.

Dessa maneira, alcançamos a questão da linguagem de maneira explícita, ao menos no tocante ao formal e estruturalmente disposto dentro de campos e subcampos sociais. Como afirma Hanks (2008, p. 52), “falar uma língua não é dominar um código, mas agir num mundo que é tacitamente aceito”, de modo que “ao se engajarem na prática linguística, e a despeito de suas intenções ou objetivos, os atores sociais são cúmplices das difusas relações de poder às quais sua linguagem é incorporada” (HANKS, 2008, p. 53), sendo a competência para usar a norma padrão de uma língua, uma forma de detenção de capital simbólico. Nas palavras de Bourdieu:

as ‘línguas’ só existem em estado prático, ou seja, sob a forma de *habitus* linguísticos pelo menos parcialmente orquestrados e de produções orais desses *habitus*. Enquanto apenas se exige da língua que ela assegure um mínimo de intercompreensão nos encontros (aliás, bastante raros) entre vilarejos vizinhos ou entre regiões, não se coloca a necessidade de erigir um determinado falar como norma de outro (ainda que se possa registrar nas diferenças detectadas o pretexto para afirmações de superioridade) (BOURDIEU, 1996, p. 33, grifo nosso).

A questão ingênua do poder das palavras está logicamente implicada na supressão inicial da questão acerca dos usos da linguagem e, por conseguinte, das condições sociais de utilização das palavras. Desde o momento em que se passa a tratar a linguagem como um objeto autônomo, aceitando a separação radical feita por Saussure entre a linguística interna e a linguística externa, entre a ciência da língua e a ciência dos usos sociais da língua, fica-se condenado a buscar o poder das palavras nas palavras, ou seja, a buscá-lo onde ele não se encontra. Na verdade, a força ilocucionária das expressões (*illocutionary force*) não poderia estar localizada nas próprias palavras, como, por exemplo, os vocábulos “performativos”, nas quais tal força estaria indicada, ou melhor, representada, no duplo sentido. Apenas excepcionalmente em situações abstratas e artificiais de experimentação, as trocas simbólicas se reduzem a relações de pura comunicação e o conteúdo informativo da mensagem esgota o conteúdo da comunicação. **O poder das palavras é apenas o poder delegado do porta-voz cujas palavras (quer dizer, de maneira indissociável, a matéria de seu discurso e sua maneira de falar) constituem no máximo um testemunho, um testemunho entre outros da garantia de delegação de que ele está investido** (BOURDIEU, 1996, p. 85-87, grifo nosso).

De fato, ao buscar o entendimento sobre linguagem e poder simbólico, Bourdieu (1996; 1999) descreve que a linguagem e suas representações são uma forma eficaz de natureza simbólica para a construção da realidade, ao ponto em que todo agente social almeja este poder de batizar e de instituir o mundo, nomeando-o. Nisso, nos são propostas três formas de entender como esse poder emanará, onde a primeira é a questão da linguagem autorizada, que nos remete a quem detém a autorização de seu uso, e o *habitus* referenciando-os para o seu entendimento.

A especificidade do discurso de autoridade (curso, sermão etc.) reside no fato de que não basta que ele seja compreendido (em alguns casos, ele pode inclusive não ser compreendido sem perder seu poder), é preciso que ele seja reconhecido enquanto tal para que possa exercer seu efeito próprio. Tal reconhecimento (fazendo-se ou não acompanhar pela compreensão) somente tem lugar como se fora algo evidente sob determinadas condições, as mesmas que definem o uso legítimo: tal uso deve ser pronunciado pela pessoa autorizada a fazê-lo, o detentor do cetro (*skeptron*), conhecido e reconhecido por sua habilidade e também apto a produzir esta classe particular de discursos, seja sacerdote, professor, poeta etc.; deve ser pronunciado numa situação legítima, ou seja, perante receptores legítimos (não se pode ler um

poema dadaísta numa reunião do conselho de ministros), devendo enfim ser enunciado nas formas (sintáticas, fonéticas etc.) legítimas (BOURDIEU, 1996, p. 91).

A segunda remete à autoridade por trás da linguagem, trazendo luz a existência de ritos de instituições que existem para legitimar a simbologia agregada ao poder do seu orador, ou, do sujeito legítimo do falar. Para isso, Bourdieu (1996) explica que falar em rito de instituição é sugerir que qualquer ritual tende a sagrar ou a legitimar, isto é, a fazer desconhecer como arbitrário e a reconhecer como legítimo e natural um limite arbitrário. Por fim, temos uma força representativa advinda do uso da linguagem simbólica onde, segundo argumenta Bourdieu (1996), em não havendo nenhum agente social capaz de ignorá-lo praticamente, as propriedades (objetivamente) simbólicas – mesmo as mais negativas –, podem ser utilizadas estrategicamente em função tanto dos interesses materiais como dos interesses simbólicos de seu portador.

Assim, concluímos um breve raciocínio pautado pelos conceitos bourdieusianos de *habitus*, campos, e um entendimento para poder simbólico. Adiante, relacionaremos as ideias de Wittgenstein e Bourdieu, para assim descrever o enlace que norteia o ensaio.

DOS JOGOS DE LINGUAGEM AO *HABITUS* LINGUÍSTICO: WITTGENSTEIN E BOURDIEU EM DIÁLOGO, E AS IMPLICAÇÕES PARA SE PENSAR CULTURA ORGANIZACIONAL

Não é à toa que em várias passagens da obra de Bourdieu temos menções diretas ou indiretas à filosofia da linguagem e sua conveniência para cobrir alguns empecilhos teóricos. O próprio Bourdieu (2004, p. 21) enfatiza:

O senhor cita muitas vezes Wittgenstein. Por quê? Wittgenstein é certamente o filósofo que me foi mais útil nos momentos difíceis. É uma espécie de salvador para os períodos de grande angústia intelectual: quando se trata de questionar coisas tão evidentes como “obedecer a uma regra”. Ou quando se trata de dizer coisas tão simples (e, ao mesmo tempo, quase inefáveis) como praticar uma prática.

Considerando o aspecto pragmático da linguagem – antes salientado por Wittgenstein (1979) – Bourdieu (1996) consegue evidenciar que, em termos linguísticos, os conceitos de *habitus* e de campo na sua teoria relacionam-se indissociavelmente com o uso da linguagem, somente alcançando potência e sentido pleno se tal processo for seriamente levado em conta. Hanks (2008, p. 42), comentando Bourdieu (1996), expressa esse ponto ao arguir que “em uma teoria da prática aplicada à linguagem, as regularidades de uso não são explicadas por regras, códigos ou convenções, mas por disposições e esquemas incorporados, os quais não são seguidos ou obedecidos, mas atualizados no discurso”; assim, numa acepção prática, “a produção da fala e do discurso são formas de ocupar posições em campos sociais, de forma que os falantes passam a ter trajetórias em cujo percurso eles perseguem diversos valores” (p. 44), pois, “no curso da fala, os interactantes assumem posições e as desocupam, agem no interior de e por meio delas”, constituindo campos e sendo por eles, também constituídos (HANKS, 2008, p. 48).

Considerando, também, que a noção de jogo de linguagem é de natureza “tripartite [...] composta por outras três noções (ou elementos) necessários para que se possa compreendê-la, a saber: seguimento de regras; formas de vida; e semelhanças de família” (ADAMOGLU DE OLIVEIRA; BULGACOV, 2013, p. 563), compreendemos que ambos os autores edificaram obras homogêneas em si mesmas, não sendo possível pinçar seletivamente, conceitos ou elementos delas, a fim de que se trabalhem empreendimentos analíticos (EMIRBAYER;

JOHNSON, 2008; THIRY-CHERQUES, 2006). Porém, embora não se trate de afirmar aqui integração entre os pensamentos desses dois autores – Wittgenstein e Bourdieu –, mas sim demonstrar paralelos e analogias suficientemente fortes para repensar o tópico da cultura organizacional nos EORs, abre-se a possibilidade de discutir Bourdieu e seu conceito de *habitus* de forma ampliada junto à noção de jogos de linguagem, principalmente devido ao fato de que:

De um ponto de vista linguístico, o *habitus* corresponde à formação social dos falantes, o que inclui a disposição para determinados tipos de usos linguísticos, para avalia-los segundo valores socialmente internalizados e para incorporar a expressão ao gesto, à postura e à produção da fala (HANKS, 2008, p. 42).

Junte-se esse raciocínio com a consideração de Rosa, Paço-Cunha e Morais (2009) de que podemos compreender as organizações como subcampos que são capazes de reproduzir práticas permeadas pela relação de poder, dentro de um contexto, e que serão sustentadas por um discurso dominante. Assim, neste enlace de consideração, há um espaço para o entendimento do papel do capital simbólico, dentro de um contexto organizacional.

A cultura pode ser encontrada em todas as organizações, independente de variáveis como porte ou setor de atividade econômica onde ela se encontra. Entende-se cultura organizacional como sendo o sistema de valores e crenças imbuídos em significados construídos e compartilhados numa dada realidade organizacional, condicionantes das suas práticas, e que conferem sentido às atividades dos indivíduos. Outro ponto é entender as organizações como um constructo histórico e social, pois, não se pode pensar em organizações independentes do contexto e de sua época, devendo ser compreendidas em um espaço social e de uma época específicas (FREITAS, 2000). Sem esse entendimento, não se pode estudar as relações sociais sem referência a um tempo e a um espaço. Com isso temos a relevância do **contexto**, que é comum aos arcabouços teóricos wittgensteiniano e bourdieusiano. Hanks (2008, p. 45-46) expressa um raciocínio próximo a este, acentuando que “qualquer campo é relativamente delimitado, não por paredes ou por barreiras, mas por restrições sobre quem pode se engajar em que posições”, isso tal qual um jogador dentro do jogo da linguagem; já Rosa, Paço-Cunha e Morais (2009) enfatizam a “linguagem como prática social, mediada pelo poder e dependente de um contexto social de produção”. Aktouf (2001) salienta que cultura organizacional são as atitudes, crenças, valores, símbolos. No caso das relações, um símbolo só é significativo na medida em que remete a um significado ligado a uma experiência concretamente vivida. Quando se trata de experiência, podemos falar de *habitus* e de como jogos de linguagem contribuem para a construção e (re)construção de tal *habitus*: “os conhecimentos são resolvidos não pelo acúmulo de novas experiências, mas pela combinação do que é já há muito tempo conhecido” (WITTGENSTEIN, 1979, §109).

Podemos entender que as ideias de Wittgenstein a respeito da prática linguística oferecem interface com a sociologia de Bourdieu, e a constituição de sentidos e usos segundo Wittgenstein auxilia em compreensões da teoria da prática de Bourdieu, já que ambas indicam o contexto enquanto lugar fundamental para o entendimento entre indivíduo e seu meio. E, em um contexto organizacional, temos a cultura nesta conexão. Na questão de práticas, Wittgenstein (1979) descreve uma lista de muitas delas, compondo uma multiplicidade de jogos de linguagem – com distintas ‘semelhanças de família’ entre si, com ‘gramáticas’ a serem consideradas, mas todos assentados em ‘formas de vida’ – para realizar diversas ações: inventar uma história; traduzir de uma língua para outra, para pedir, agradecer, maldizer, saudar, orar, etc. Com isso, podemos fazer uma conexão entre a formação do *habitus* linguístico a partir da exposição frequente a jogos de linguagem que o compõe, onde aquele (o *habitus*) confere o saber ao agente social de como se deve agir em determinadas situações, o saber das ‘regras’ do jogo e por fim, o saber interpretar o símbolo, quanto a este exposto. Assim existe uma

indissociabilidade entre *habitus* e seu meio/contexto/campo (HANKS, 2008), ilustrado por meio das atividades de um ‘eficaz jogador em um jogo’.

Tentar compreender linguisticamente o poder das manifestações linguísticas ou, então, buscar na linguagem o princípio da lógica e da eficácia da **linguagem institucional**, é esquecer que a autoridade de que se reveste a linguagem vem de fora [...]. Pode-se dizer que a linguagem, na melhor das hipóteses, **representa** tal autoridade, manifestando-a e simbolizando-a. [...] Ao contrário do que sucede frequentemente quando se pretende driblar as dificuldades inerentes a um tratamento puramente interno da linguagem, não basta dizer que o uso da linguagem por parte de um locutor determinado, numa dada situação, com seu estilo, sua retórica e sua pessoa toda socialmente marcada, agrega às palavras ‘conotações’ associadas a um contexto particular, introduzindo assim no discurso o excedente de significado que lhe confere sua ‘força elocucionária’. O uso da linguagem, ou melhor, tanto a maneira como a matéria do discurso, depende da posição social do locutor que, por sua vez, comanda o acesso que se lhe abre à língua da instituição, à palavra oficial, ortodoxa, legítima (BOURDIEU, 1996, p. 87, grifo no autor).

Bourdieu (1996; 1999) empreende tentativa de esboçar uma “gramática geradora das práticas” (ENCREVÉ, 2005, p. 262) ao criticar duramente a linguística formal-estrutural (como a de Ferdinand de Saussure) e concepções linguístico-pragmáticas estritamente preocupadas com o uso da linguagem (a exemplo da ‘Teoria dos Atos de Fala’ de John L. Austin) que não levam em conta a importância que o contexto do campo confere ao agente social, de modo que, essas abordagens, por não o fazerem, falham justamente em conseguir explicar a processualidade sócio-histórica de constituição e de mobilização de capitais e de exercício de poder simbólico sem as quais toda e qualquer explicação do *habitus* linguístico ganha contornos ingênuos:

[...] todos os esforços para encontrar na lógica propriamente linguística das diferentes formas de argumentação, de retórica e de estilística, o princípio de sua eficácia simbólica, estão condenados ao fracasso quando não logram estabelecer a relação entre as propriedades do discurso, as propriedades daquele que o pronuncia e as propriedades da instituição que o autoriza a pronunciá-lo (BOURDIEU, 1996, p. 89).

Uma vez que a cultura se refere a significados compartilhados, temos o uso da linguagem para criar tais significados, e o *habitus* para absorvê-lo e reproduzi-lo. O processo de interpretar necessita de um contexto, um sentido que, ao ser interpretado – através de mediadores, tais como palavras, símbolos, vocabulários, dentre outros estruturalmente instituídos –, irão constituir significado através de seu uso, aonde a questão polissêmica vem assegurada pelas semelhanças de família entre os jogos de linguagem. Wittgenstein (1979), explica que não podemos caracterizar melhor a pulverização e disseminação de usos da linguagem do que com o elemento das ‘semelhanças de família’, uma vez que estas se abarcam e se atravancam tal qual as diferentes semelhanças que existem entre os membros de uma família, como os traços fisionômicos, por exemplo; e isso, em certo sentido, remete a outro conceito em Bourdieu, o de ‘homologia’, empregado para denotar similaridades entre campos e subcampos sociais (BOURDIEU, 2007). Bourdieu (1996, p. 96), elucida que:

A eficácia simbólica das palavras se exerce apenas na medida em que a pessoa-alvo reconhece quem a exerce como podendo exercê-la de direito, ou então, o que dá no mesmo, quando se exerce de si mesma ou se ignora, sujeitando-se a tal eficácia, como se estivesse contribuindo para fundá-la por conta do reconhecimento que lhe concede.

Sendo “o ser humano [...] um animal simbólico”, isso significa dizer que ele “organiza suas experiências e ações por meios simbólicos, isto é, por intermédio de valores e significados que não podem ser determinados por propriedades biológicas ou físicas” (SAHLINS, 1997 *apud* JAIME JÚNIOR, 2002, p. 82). Tal raciocínio alinha-se com Machado-da-Silva e Nogueira (2001), que enfatizam que existe a possibilidade de perceber que uma cultura estabelece uma identidade – uma marca reconhecível – quer pelos seus membros ou ainda para quem está de fora, e com ela só interage. Assim, temos essa identidade correspondente a uma visão de mundo, uma atitude particular de fazer as coisas, de interagir e de ser, por vezes assentada em formas de vida particulares. Tal identidade pode ser ilustrada por Freitas (2000, p. 9):

A relação com o trabalho ou com o lugar do trabalho tende a se tornar a principal referência dos indivíduos ou, de outra forma, as organizações modernas – no contexto citado – assumem voluntariamente o papel de fornecedores de identidades tanto social quanto individual, contaminando o espaço do privado e buscando estabelecer com o indivíduo uma relação de referência total.

Dessa maneira, a cultura organizacional pode ser considerada como resultante de uma representação compartilhada pelos membros de uma organização, em face daqueles com quem ela interage. E, tal representação vem da concepção de se enxergar o mundo através de *habitus* que são gerados pelos mais diversos jogos de linguagem num campo enquanto espaço estruturado de posições onde dominantes e dominados lutam pela manutenção e pela obtenção de determinadas posições. Dotados de mecanismos próprios, os campos possuem propriedades que lhes são particulares, e sua estrutura é como um jogo constante, no qual, cientes das regras estabelecidas, os agentes participam, disputando posições e ganhos específicos de capital de distintas sortes. Sapir (*apud* GIRIN, 1996, p. 30) enfatiza que a “linguagem serve ainda para a acumulação cultural e para a transmissão da história, papel que se pode perceber nas sociedades primitivas por intermédio de provérbios, fórmulas mágicas, rezas, rimas, rituais, lendas, discursos tradicionais, cantos, genealogias”.

Em termos linguísticos, o *habitus* está relacionado à definição social do falante, mental e fisicamente, a seus modos rotineiros de falar, à sua gestualidade e ações comunicativas corporificadas (*embodied*), e às perspectivas inculcadas pelas práticas referenciais cotidianas de uma dada língua. (ORCHS, 1996 *apud* HANKS, 2008, p. 36).

O *habitus* linguístico, constituído de capital simbólico, será legitimado pelo uso de uma linguagem autorizada, através de um rito de instituição que, por final, conferirá representatividade e legitimidade (BOURDIEU, 1996). Numa questão de formação de símbolos representativos de poder, temos o lado de quem detém capital simbólico ao ponto de estar apto a exercer poder, sobrepondo com mais veemência seus significados a serem compartilhados – sua cultura –, e os que devem apenas participar ‘jogando o jogo’ do poder. Bourdieu (1996) ilustra tal questão onde, de um lado temos os dominantes que se esforçam para produzir um discurso puramente reativo como substituto de tudo aquilo que ameaça a própria existência do discurso herético que visa restaurar o estado de inocência originária da *doxa* e que, estando orientado para a naturalização da ordem social, sempre acaba tomando de empréstimo a linguagem da natureza. Ao outro lado, temos os dominados, dotados de menos capacidade de operar a revolução simbólica, que constitui a condição de reapropriação da identidade social da qual são expropriados pela aceitação das taxonomias dominantes. A isso tudo, perpassam as questões da língua legítima e oficial válida numa comunidade específica (leia-se, em campos

ou em subcampos), as operações de mascaramento e apagamento das variações/distinções numa língua, a censura, o eufemismo, e a violência simbólica nas disputas de poder pela padronização e a legitimação de discursos proferíveis numa comunidade linguística – o que se pode dizer, e sobre o que se deve silenciar (BOURDIEU, 1996; 1999; HANKS, 2008).

Mais relevante do que pensar a influência da cultura na ação como tendo os valores e as intenções enquanto elementos centrais norteadores da ação dos agentes, é pensar que uma ação individual, do ponto de vista cultural, leva em conta elementos não tão deliberados ou conscientes, pois, o agir norteado pela influência cultural não é um conjunto de ações unitárias (conscientes e deliberadas pelos agentes), mas sim uma ação integrada em samblagens maiores de ações, imbuídas desse substrato cultural (SWIDLER, 1986). Com efeito, entender a cultura como sendo uma ‘caixa de ferramentas’ [analogamente à entendimento da linguagem como uma caixa de ferramentas que Wittgenstein (1979, §11) metaforicamente expressou] para construir estratégias de ação de indivíduos inseridos em grupos/comunidades transfere as explicações causais não tanto para os ‘valores-fim’ de uma cultura, mas sim para a forma como compostos de hábitos, comportamentos, sensibilidades, atitudes e visões de mundo influenciam as ações individuais, em graus distintos de consciência e deliberação/voluntarismo – auxiliando a explicar continuidades de ações (cadeias de ações, *nexus* de ações) em circunstâncias de mudanças estruturais, haja vista que em tais circunstâncias, os indivíduos acessam e (re)combinam possibilidades de ação em novas (ou em diferentes) estratégias de ação (MORRIL, 2008; SWIDLER, 1986).

Do ponto de vista organizacional, segundo esse entendimento da influencia cultural no contexto organizacional, seriam em circunstâncias de desestabilização (ou de crises) em uma organização, que novas estratégias de ação dos agentes viriam a desencadear mudanças no composto de hábitos, comportamentos, sensibilidades, atitudes e visões de mundo sustentados pelos indivíduos daquela organização, implicando reorganização da sua configuração estrutural e do seu substrato cultural (SWIDLER, 1986). Nisso, estamos falando de impactos de alteração do/no *habitus* linguístico de uma organização (ou de um campo/subcampo de organizações) em circunstâncias nas quais o ato de usar a palavra se faz primordial, capitaneando o exercício do poder simbólico definindo qual estratégia de ação seguir, visando determinada alteração cultural, e qual(is) outra(s) não seguir. Isso, naturalmente, articula-se com questões estrutural-hierárquicas de uma organização, e tampouco deixa de lado as disposições corporais e as competências linguísticas dos agentes dotados de suficiente capital simbólico para mobilizar a ação de outrem. Freitas (2000, p. 12) ilustra essa influencia cultural com o uso da palavra ‘flexibilidade’ nos traços culturais característicos das organizações contemporâneas, pois esse termo – ainda em voga –, alude a se uma organização se caracteriza como moderna e dinâmica ou não (principalmente diante dos desafios cotidianos do mercado), ao passo de que essa palavra é costumeiramente absorvida no *habitus* linguístico das organizações como sendo “uma varinha mágica que renova estruturas, saberes, comportamentos, condutas, métodos, pensamentos, visão de mundo, representações, conceitos”.

O uso da linguagem vem a ser aí, um fator chave, já que, dada a assimetria entre audição e locução “as práticas de locução são sempre um subconjunto das práticas de audição” (ENCREVÉ, 2005, p. 267), pois isso envolve a posição-prática do agente social em circunstâncias práticas da fala. Usos de linguagem em circunstâncias específicas como a de uma crise ou um escândalo organizacional (BARROS, 2014; JANSSON, 2014) lançam luz sobre a importância do campo dêitico, que compreende “o contexto de enunciação socialmente definido em que a língua é usada para inúmeros objetivos, incluindo a referência e a descrição, a realização de atos de fala e a interação verbal ordinária” (HANKS, 2008, p. 47), de modo que, em momentos dessa sorte, “funções verbais tais como referência, descrição, forças ilocucionárias e indiretude são reformuladas como formas de tomadas de posições no campo”

(HANKS, 2008, p. 48). A mudança é operada, assim, por poucos que estão em posição de poder falar a muitos em posição de poder (ou ter de) ouvir e compreender.

Dessa forma, o poder simbólico movimentado numa economia das trocas linguísticas é exercido pelos agentes sociais que dele fazem uso (por deterem capital simbólico para tal), visando à manutenção ou alteração de suas posições-práticas no campo, a partir de mecanismos compreendidos pelo uso competente da linguagem instituída:

A análise de Bourdieu consiste em mostrar de que modo essas variações internas à língua dita comum, que são distribuídas segundo os diferentes *habitus* dos locutores, são utilizadas pelas instâncias que detêm o monopólio da manipulação dos bens culturais, que, por sua vez, têm o sistema escolar em sua linha de frente, para legitimar, arbitrariamente, a variedade de língua dos “dominadores” e desvalorizar aquela dos “dominados”. Onde a linguística vê apenas competências e interações comunicativas, é preciso reconhecer capital linguístico e bens linguísticos, avaliados em mercados linguísticos, segundo leis do mercado ligadas à unificação do mercado escolar, do mercado de trabalho e até do mercado matrimonial, pela ação das instituições culturais oficiais, e que, portanto, permitem aos detentores de capital linguístico concretizar vantagens simbólicas no âmbito do reconhecimento, em meio à ignorância que caracteriza o exercício da violência simbólica (ENCREVÉ, 2005, p. 266).

Com efeito, atentando-se para a relevância do uso da linguagem, o percurso aqui realizado ilumina a necessidade de se entender a cultura como um fenômeno social, histórico e estruturalmente definido a partir de relações de poder e de concentrações de diferentes tipos de capital detidos por indivíduos dispostos em posições distintas na estrutura social, os quais definem os sentidos e os significados das interpretações válidas e não válidas, em atos linguísticos de produção da cultura.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Obviamente, pragmática da linguagem de Wittgenstein não é teoria da prática de Bourdieu, e nem jogos de linguagem equivale – enquanto conteúdo conceitual – a campos ou a *habitus*. Entretanto, inspirado por apontamentos como o de Hanks (2008), quando este discute conceitos críticos como campos e *habitus*, a interação entre essas duas bases de pensamento e seus conceitos/noções, abre espaço para reflexões sobre uma gama significativa de fenômenos sócio-organizacionais de potencial interesse a pesquisadores da linguagem ordinária. Segundo no aponta Clegg (1996, p. 66), “as políticas de linguagem em relação aos textos e as palavras são condições normais de existência na vida organizacional”, ao passo que “o poder, a organização e a ação exprimem-se invariavelmente nas políticas simbólicas e em sua interpretação”. Girin (1996, p. 24) evidencia argumento similar a este último, com sua “constatação da presença, e de uma presença maciça, da linguagem no funcionamento da organização”, passando (já à época) a ser evidente que “não se deve ter escrúpulos em reconhecer que, até recentemente, os pesquisadores não prestaram grande atenção nesse fato”.

Este ensaio teve como principal propósito discutir de que forma o uso da linguagem participa da formação dos capitais simbólicos representativos de poder que influenciam a cultura organizacional, articulando, para isso elementos das obras de Wittgenstein e Bourdieu, refletindo acerca de como o ato de dominar específicos jogos de linguagem angaria capital simbólico, mediante o uso da linguagem. Ao fazermos tal conexão, podemos visualizar que uma das formas é mediante o conhecimento e domínio de específicos jogos de linguagem, que tornam os capitais simbólicos representativos de poder através do uso e significação linguística, influenciando, assim, *habitus* e contextos de campo, desembocando em culturas

organizacionais. E, da mesma maneira que o *habitus* produz uma forma de estruturação da ação que serve como referência para diversas ações futuras, temos a questão das semelhanças de família também abrindo possibilidades para como a linguagem irá se combinar e se influenciar mutuamente.

Para além da questão cultural nas organizações, e na contribuição aos EORs aqui pretendida, o exercício ensaístico aqui apresentado permite ainda refletirmos sobre o alcance que o pensamento de Bourdieu (1996; 1999) comentando as trocas linguísticas também tem para o fazer científico. Segundo ele:

[...] a ciência social deve atentar para a autonomia da língua, sua lógica específica, suas regras próprias de funcionamento. Não se pode especialmente compreender os efeitos simbólicos da linguagem sem levar em conta o fato, mil vezes atestado, de que a linguagem é o primeiro mecanismo formal cujas capacidades geradoras são ilimitadas. Não há nada que não se possa dizer, e pode-se dizer o nada. Pode-se enunciar tudo na língua, isto é, nos limites da gramaticalidade. [...] Jamais se deveria esquecer que a língua [...] é com certeza o suporte por excelência do sonho de poder absoluto (BOURDIEU, 1996, p. 28).

Rosa, Paço-Cunha e Morais (2009) notabilizam que Bourdieu tem sido utilizado de forma crescente em diversas linhas de investigação nos estudos organizacionais brasileiros e possui uma grande vantagem de construir seu projeto intelectual com pesquisas empíricas em diversos campos sociais, sendo esta uma trilha metodológica a ser utilizada como referências. Nesse quesito, enfocando principalmente a centralidade da linguagem apontada ao longo deste ensaio, análises críticas do discurso ou ainda abordagens etnometodológicas do discurso são apontadas como métodos de análise apropriados, para fins de tentar captar e explicar a dinâmica inter-relacionada entre esferas macro, *meso* e micro pressuposta na abordagem de Bourdieu (EVERETT, 2002; RODRIGUES; BRAGA, 2014).

Para um campo interdisciplinar científico como a Administração, ainda em discussão sobre suas fronteiras e limites epistemológicos (SERVA, 2013), as reflexões de Bourdieu (2011) acerca do campo científico e das práticas acadêmicas podem ser, em boa medida, criticamente potencializadas, quando se reconhece a força explicativa que o *habitus* linguístico tem, escrutinando o caráter constitutivo do uso instituído de específicos jogos de linguagem, em um espaço tão pautado por trocas linguísticas, como o em questão.

REFERÊNCIAS

ADAMOGLU DE OLIVEIRA, S.; BULGACOV, Y. L. M. Wittgenstein e a Administração: potencialidades da pragmática da linguagem aos Estudos Organizacionais e à Estratégia. **Revista de Administração Contemporânea**, v. 17, n. 5, p. 556-573, 2013.

AKTOUF, O. O simbolismo e a cultura de empresa: dos abusos conceituais às lições empíricas. In: CHANLAT, J. F. (coord.). **O indivíduo na organização: dimensões esquecidas**. São Paulo: Atlas, 2001, v. 2, p. 39-79.

ARAÚJO, I. L. **Do signo ao discurso**: introdução à filosofia da linguagem. São Paulo: Parábola Editorial, 2004.

BARROS, M. Tools of legitimacy: the case of the Petrobras corporate blog. **Organization Studies**, p. 1-20, published online on 1 May 2014.

BOURDIEU, P. **A Economia das trocas linguísticas**: o que falar quer dizer. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1996.

BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

BOURDIEU, P. **Language and symbolic power**. 3. ed. Malden: Polity Press, 1999.

BOURDIEU, P. **Coisas ditas**. São Paulo: Brasiliense, 2004.

BOURDIEU, P. **Razões práticas**: sobre a teoria da ação. Campinas: Papirus, 2007.

BOURDIEU, P. **Homo academicus**. Trad. Ione Ribeiro Valle; Nilton Valle, Rev. Téc. Maria Tereza de Queiroz Piacentini. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2011.

CHARTIER, R. O mundo econômico ao contrário. In: ENCREVÉ, P.; LAGRAVE, R-M. (Coord.). **Trabalhar com Bourdieu**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 2005, p. 253-260.

CLEGG, S. R. Poder, linguagem e ação nas organizações. In: CHANLAT, J.-F. (Coord.). **O indivíduo na organização**: dimensões esquecidas – volume 1. São Paulo: Atlas, 1996, p. 47-66.

EMIRBAYER, M.; JOHNSON, V. Bourdieu and organizational analysis. **Theory and Society**, v. 37, n. 1, p. 1-44, 2008.

ENCREVÉ, P. A palavra e seu preço. In: ENCREVÉ, P.; LAGRAVE, R-M. (Coord.). **Trabalhar com Bourdieu**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 2005, p. 261-270.

EVERETT, J. Organizational research and the praxeology of Pierre Bourdieu. **Organizational Research Methods**, v. 5, n. 1, p. 56-80, 2002.

FREITAS, M. E. Contexto social e imaginário organizacional moderno. **Revista de Administração de Empresas**, v. 40, n. 2, p. 6-15, 2000.

GIRIN, J. A linguagem nas organizações: signos e símbolos. In: CHANLAT, J.-F. (Coord.). **O indivíduo na organização**: dimensões esquecidas – Volume 3. São Paulo: Atlas, 1996, p. 23-66.

HANKS, W. F. Pierre Bourdieu e as práticas de linguagem. In: HANKS, W. F. / BENTES, A. C.; REZENDE, R. C.; MACHADO, M. A. R. (Org.). **Língua como prática social**: das relações entre língua, cultura e sociedade a partir de Bourdieu e Bakhtin. São Paulo: Cortez, 2008, p. 33-63.

JAIME JÚNIOR, P. Um texto, múltiplas interpretações: antropologia hermenêutica e cultura organizacional. **Revista de Administração de Empresas**, v. 42, n. 4, 72-83, 2002.

JANSSON, A. Stigmatisation of elite actors in corporate scandals: the role of meaning making in the media. **Culture and Organization**, *published online* 06 Dec 2014.

MACHADO-DA-SILVA, C. L.; NOGUEIRA, E. E. S. Identidade organizacional: um caso de manutenção, outro de mudança. **Revista de Administração Contemporânea**, edição especial, p. 35-58, dez. 2001.

MORRIL, C. Culture and organization theory. **The ANNALS of the American Academy of Political and Social Science**, v. 619, n. 1, p. 15-40, 2008.

OLIVEIRA, M. A. **Reviravolta lingüístico-pragmática na filosofia contemporânea**. 3. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2006.

RODRIGUES, A. D.; BRAGA, A. A. Análise do discurso e abordagem etnometodológica do discurso. **MATRIZES**, v. 8, n. 2, p. 117-134, 2014.

ROSA, Alexandre Reis; PAÇO-CUNHA, Elcemir; MORAIS, César Augusto Tureta de. Análise crítica do discurso como análise crítica das organizações: uma proposta teórico-metodológica com base na teoria simbólica de Pierre Bourdieu. In: CARRIERI, Alexandre de Pádua (Org). **Análise do discurso em estudos organizacionais**. Curitiba: Juruá, 2009. p. 79-108.

SERVA, M. Epistemologia e sociologia da ciência da Administração. **Cadernos EBAPE.BR**, v. 11, n. 4, p. 500-502, 2013.

SMIRCICH, L. Concepts of culture and organizational analysis. **Administrative Science Quarterly**, v. 28, p. 339-358, 1983.

SWIDLER, A. Culture in action: symbols and strategies. **American Sociological Review**, v. 51, p. 273-286, 1986.

THIRY-CHERQUES, H. R. Pierre Bourdieu: a teoria na prática. **Revista de Administração Pública**, v. 40, n. 1, p. 27-55, Jan./Fev. 2006.

WITTGENSTEIN, L. **Investigações Filosóficas**. 2 ed. Trad. José Carlos Bruni. São Paulo: Abril Cultural, 1979. (Os Pensadores)